
Costa Rica: resistência popular à mineração a céu aberto em Crucitas

No dia 17 de dezembro de 2001, conforme a Portaria # R-578-2001-MINAE e de maneira furtiva, o Ministério do Meio Ambiente e Energia (MINAE) da Costa Rica outorgou à empresa Indústrias Infinito S.A., subsidiária da transnacional canadense Vanesa Ventures, o direito à exploração de uma mina de ouro a céu aberto através da lixiviação com cianeto.

Indústrias Infinito S.A. planeja explorar uma área de 18 quilômetros quadrados em Crucitas, na região norte do país, entre os cerros La Fortuna e Botija, a 3 quilômetros do rio San Juan. Isso leva ao desmatamento de mais de 190 hectares de floresta (incluindo espécies interditas como a amendoeira), porque, como descreve o jornalista e opositor do projeto, Marco Tulio Araya:

“A atividade de mineração não permite que nenhuma árvore fique em pé, o desmatamento deve ser rasante, quer dizer, deixar a montanha só com terra para depois começar a escavação e tirar a roca que contém o ouro. É necessária uma tonelada e meia ou mais de roca para conseguir um grama de ouro. Para obter um quilo devem ser moídas e liquidificadas grandes quantidades de material com milhões de litros de solução de cianeto, porque o cianeto atua feito um ímã que atrai as microscópicas partículas de ouro. Uma mina onde é extraído o ouro e outros metais com este procedimento chamado lixiviação, exige tal quantidade de água que a água utilizada na mina em uma hora é igual à água que consome uma família camponesa em 20 anos. Para conseguir reunir essa quantidade de água, a empresa compra as moradias vizinhas à mina para que ninguém reclame e assim desviar os riachos para uni-los, o que é uma ação claramente proibida. E a água poluída com cianeto residual, que já não é necessária, é despejada em grandes lagoas e assim continua envenenando todos os animais que beberem dessa água. Às vezes, a empresa coloca cartazes com advertências, mas como nem os pássaros nem os animais sabem ler, a morte e a destruição continuam.”

O custo é muito alto: não apenas a paisagem de Las Crucitas será destruída como também serão afetadas no mínimo 32 comunidades dos arredores e o rio San Juan vizinho à Nicarágua.

Como na Costa Rica o desmatamento rasante está proibido e a única exceção permitida é sob um projeto de Conveniência Nacional, depois de várias idas e vindas, o projeto de mineração a céu aberto foi considerado com caráter de “utilidade pública”, para assim poder ser aprovado. Mas o povo da Costa Rica se pergunta de que utilidade pública estão falando quando a mineração só contribui com destruição, poluição e maior mudança climática.

Está mais do que demonstrado, e as comunidades afetadas do mundo todo bem podem testemunhar, que a mineração é uma atividade no curto prazo mas com efeitos destrutivos no longo prazo, extensivos e geralmente irreversíveis. Um dos efeitos é a contribuição à mudança climática, tanto através do desflorestamento decorrente da mineração, que já vem sofrendo a Costa Rica, como porque é uma atividade industrial que exige uma grande quantidade de energia para ser desenvolvida, que provém, em geral, da queima de combustíveis fósseis (carvão, gás ou diesel), cujas emissões são responsáveis pela mudança climática.

Desde a declaração de utilidade pública feita pelo governo da Costa Rica, o movimento ecologista e social, liderado pelas organizações e comunidades da Região Norte está em pé de guerra, com grande apoio do público em geral.

A organização Coecoceiba – Amigos da Terra Costa Rica informa que “A luta contra o projeto Crucitas está em vigor há mais de quinze anos graças às comunidades da região norte. Nestes quinze anos se conseguiu derrubar estudos de impacto ambiental, enormes empresas como a Placer Dome, e construir uma rede social forte que hoje se une novamente para resistir e vencer um novo golpe contra as comunidades e seu ambiente”.

O povo da Costa Rica vem reagindo perante o que considera um crime ambiental que mostra a dualidade da política do governo: “O atual governo possui duas políticas em matéria ambiental. Uma, que apresenta em nível internacional, afirmando que a preservação ambiental deve existir, que o mundo está em perigo por causa do débâcle ambiental, entre outras frases mundialmente aceitas. No mundo afora, a “Iniciativa de Paz com a Natureza”, o carbono neutro e a “Costa Rica por Sempre” têm se transformado em parte importante da política exterior, utilizada pelo país para posicionar-se em diversos fóruns enquanto solicita recursos financeiros. A política ambiental interna, a de todos os dias, contradiz à anterior. Esta segunda política é aquela que está a favor da desregulamentação eliminando a cada dia mais atividades que devem ter um estudo de impacto ambiental para determinar sua viabilidade. É a política que defende a capa e espada que uma mina de ouro a céu aberto com lixiviação de cianeto é compatível com o ambiente, e para isso recita a velha e ultrapassada fórmula de que “o projeto é viável no social, econômico e ambiental”, denuncia a Coecoceiba. (http://www.feconcr.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1382&Itemid=76)

No dia 14 de novembro foi realizada em Ciudad Quesada a “Passeata pela Vida” para mostrar a rejeição que o povo tem com os projetos destrutivos. Pessoas de comunidades vizinhas ao empreendimento mineiro aproximaram-se para se manifestarem contra a mineração a céu aberto e exigirem a revogação do decreto. A passeata foi seguida de uma atividade cultural.

Inúmeras organizações apresentaram um recurso de amparo, exigindo a reconsideração das permissões outorgadas e sua anulação. Desde a vizinha Nicarágua também se acompanham os acontecimentos com preocupação, porque há comunidades deste país que resultariam afetadas com a mineração a céu aberto.

A indignação é grande e a resistência cresce.

Para obter mais informações acesse o site da campanha contra a mineração em Crucitas:
<http://fueradecrucitas.blogspot.com/>